



7 • Correio Braziliense — Brasília, sexta-feira, 15 de novembro de 2024

<b>Bolsas</b> Na quinta-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na quinta-feira	<b>Salário mínimo</b> Últimos	<b>Euro</b> Comercial, venda na quinta-feira	<b>CDI</b> Ao ano	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano)	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %)
0,05% São Paulo	127.873	R\$ 5,788 (-0,02%)	8/novembro 5,735 11/novembro 5,769 12/novembro 5,771 13/novembro 5,789	R\$ 6,103	11,15%	11,36%	Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02 Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53
0,47% Nova York	11/11 12/11 13/11 14/11						

## ORÇAMENTO

Com semana mais curta e o país surpreendido com as explosões em frente ao Supremo, mercado ficou estável. As medidas para reforçar equilíbrio das contas públicas só devem ser anunciadas depois de reunião do G20, na semana que vem

# Pacote fiscal em compasso de espera

» RAPHAEL PATI

Marcelo Carneiro/Foto: Agência Brasil



Haddad e Lira: encontro para alinhar expectativas da Fazenda com os trabalhos do Congresso

Com a chegada do feriado da Proclamação da República e da reunião da cúpula do G20, nos próximos dias 18 e 19 de novembro, o governo federal faz uma pausa nas negociações que envolvem o anúncio de novas medidas para fortalecer o arcabouço fiscal e reduzir as despesas do orçamento da União. Como ontem, as atenções estavam todas dirigidas aos desdobramentos das explosões na praça dos Três Poderes — e a Esplanada dos Ministérios praticamente parada —, não houve cobranças da equipe econômica.

A expectativa geral é de que o pacote fiscal — como tem sido chamado — seja encaminhado ao Congresso Nacional somente após o fim do encontro de líderes globais, na semana que vem. Sem definições e com poucas informações, o pacote segue na mesa do governo federal e da equipe econômica. No início da semana, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, havia adiantado que até ontem as medidas seriam anunciadas. Na quarta-feira, após reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o prazo ficou mais distante.

Haddad, que foi à Câmara para apresentar a Lira “uma visão geral” das propostas que estão sendo pensadas, disse que ainda esperava uma confirmação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre quais medidas devem entrar no pacote. Na noite de ontem, os dois se encontraram novamente, mas ainda sem novas previsões sobre quando deve ser encaminhado ao Congresso. O ministro da Fazenda afirmou que não vê “tempo hábil” para entregar as propostas ainda esta semana e que novas medidas ainda podem ser incluídas neste bolo.

“Ainda não sei se há tempo hábil. Se o presidente autorizar, anunciamos. Mas o mais importante é, assim que ele der a autorização, nós vamos estar prontos para dar publicidade aos detalhes do que já está sendo dito”, afirmou Haddad. Ao **Correio**, o Ministério da Fazenda ressaltou que ainda não há previsão definida para o envio dos projetos ao Congresso e reforçou que isso só será definido após a aprovação de Lula.

O ministro afirmou que a reunião com Lira serviu para dar “linhas gerais” sobre o tema, mas que preferiu não revelar valores, no momento. Mais cedo, Haddad esteve com o ministro da Defesa, José Múcio, e integrantes das Forças Armadas, para tratar sobre os possíveis cortes em benefícios previdenciários dos militares. Sem dar mais detalhes, o ministro destacou que os comandantes foram solícitos em contribuir com o pacote.

“Falamos com os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica, apresentamos os argumentos e as ideias, e eles colocaram as equipes técnicas à disposição do Tesouro Nacional que está capitaneando pela Fazenda o debate com eles”, disse Haddad. Além de Múcio,

também estavam presentes o general Tomás Paiva, comandante do Exército; do tenente-brigadeiro Marcelo Kanitz Damasceno, comandante da Aeronáutica; e do almirante Marcos Sampaio Olsen, comandante da Marinha.

Também participaram da reunião o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, e o secretário-executivo do MF, Dario Durigan. No encontro, o ministro não falou de valores, mas fez um apelo aos militares para que reconheçam a necessidade de aprovar o pacote que reforçaria o arcabouço fiscal.

A expectativa é que haja uma redução do número de benefícios a parentes e familiares próximos, como pensões vitalícias para as filhas solteiras de integrantes das Forças Armadas. A Fazenda

também deve se balizar em um relatório publicado no último mês de junho pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que revelou que o déficit per capita na previdência militar supera em 16 vezes o do regime geral pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

### Alívio no mercado

Ontem, os principais indicadores do mercado permaneceram estáveis, com os agentes ainda cautelosos em relação ao novo pacote. Sem a confirmação de valores, os investidores devem aguardar as novidades que podem surgir ao longo da próxima semana. O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa/B3) ficou no zero a zero e encerrou a semana com

leve alta de 0,05%. O dólar também ficou estável, com queda de apenas 0,02%. A moeda norte-americana, no entanto, subiu 1,71% nos últimos 4 dias e encerrou a semana cotado a R\$ 5,79.

Para o analista da Ouro Preto Investimentos Sidney Lima, o mercado ainda espera sinais concretos quanto à proporção dos cortes e como ele se dará na prática. “Contudo, ontem (dia 13), o ministro Haddad, amenizou um pouco das preocupações ao fazer algumas declarações mais firmes relacionadas aos parâmetros dos cortes de gastos, além de reforçar o compromisso com o arcabouço. Isso fez com que o Ibovespa se mantivesse em terreno estável, com uma leve alta, mesmo com o mercado norte-americano em queda”, avalia.

Na avaliação do professor de Economia da Universidade de São Paulo (USP) de Ribeirão Preto Luciano Nakabashi, a questão dos militares exige uma nova reforma da Previdência, para promover mudanças estruturais, diante do atual cenário que envolve envelhecimento populacional e diminuição da taxa de natalidade. Por conta disso, o especialista acredita que apenas um pacote não será suficiente para resolver o problema na raiz.

“O que preocupa muito o Brasil é a tendência da dívida pública em relação ao PIB. Fazer pacotes de reajuste de gastos acaba sendo uma coisa muito paliativa, que dá uma segurada naquele momento, mas não altera muito a tendência. A única forma é você ter uma alteração estrutural de gastos, para fazer com que essa tendência de os gastos aumentarem mais do que o PIB seja alterada”, considera. O Monitor Fiscal, relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), prevê que a dívida pública encerrará o ano em 87,6% do PIB.

Já na percepção do professor de Economia do Ibmecc-DF William Baghdasarian, o mercado ainda está pessimista em relação ao tamanho do corte e a política fiscal do governo, como um todo. “Há uma má vontade em se cortar gastos e também uma percepção de impotência. O governo não tem muita força política para cortar, e aí o valor que se vai cortar não vai ter muita relação com a situação atual”, reforça.

## COP29

# Estímulo para o setor privado

» RAFAELA GONÇALVES

O vice-presidente e ministro da Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, comemorou a aprovação do projeto que regulamenta o mercado de crédito de carbono no Brasil. Durante o quarto dia da 29ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP29), em Baku, no Azerbaijão, ele destacou que a novidade deve trazer “um grande estímulo para o setor privado e para todos os países”.

“Você estimular uma produção com menor pegada de carbono, com menor emissão, você vai, de um lado, premiar, dando um crédito de carbono que pode ser comercializado no mercado regulado, e você vai onerar aquele está poluindo mais”, afirmou, ontem, em coletiva de imprensa.

O projeto foi aprovado em votação simbólica no Senado, na quarta-feira, mesmo dia em que o Brasil apresentou a nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês), com a meta de emissões de gases de efeito estufa. O mercado regulado de carbono é uma aposta do governo para que seja um cartão de visitas do país,

que almeja assumir protagonismo na transição energética.

A legislação, que voltou para última votação na Câmara dos Deputados, estabelece um limite de emissões de gases de efeito estufa por meio de um sistema de compensação, com bonificação para empresas que reduzirem o lançamento de gás carbônico na atmosfera e punição para as mais poluidoras.

O projeto regula a compra de créditos de preservação ambiental para compensar as emissões de gases poluentes. “Agora falta só a última etapa, que é votar na Câmara. O importante é que o mercado regulado vem ao encontro da NDC que nós apresentamos ontem”, comentou Alckmin.

Logo no primeiro dia do fórum climático, os quase 200 países participantes chegaram a um acordo unânime para definição das regras de funcionamento do mercado internacional de créditos de carbono. Além de estabelecer um limite de emissões de gases de efeito estufa por meio de um sistema de compensação, a proposta brasileira dá largada em outras providências, como a possibilidade de estados terem seus próprios mercados de carbono e de estatais venderem ou

comprarem títulos.

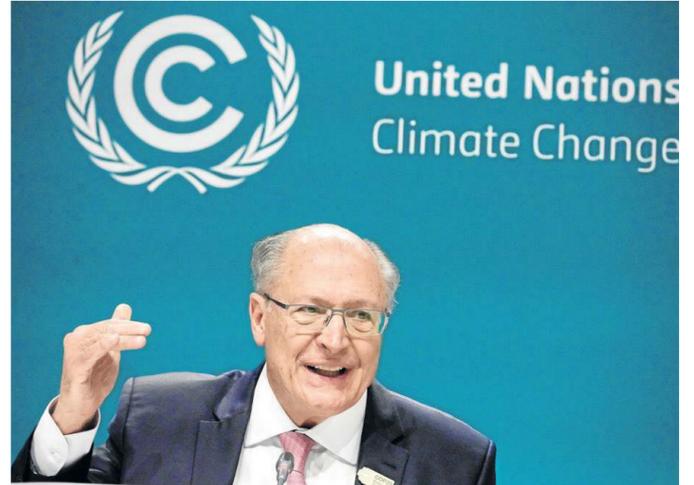
A nova meta brasileira de redução da emissão dos gases do efeito estufa (GEEs) é de 59% a 67% em 2035. O compromisso assumido pelo Brasil significa uma redução de emissões entre 850 milhões e 1,05 bilhão de toneladas de CO2 equivalente a ser alcançada nos próximos 11 anos, meta considerada pouco ambiciosa por ambientalistas.

### Negacionismo climático

Alckmin e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, criticaram a decisão do governo da Argentina de abandonar subitamente a cúpula mundial do clima. Na quarta-feira, a delegação do país vizinho recebeu ordens do governo do presidente Javier Milei para retornar imediatamente para Buenos Aires.

“O negacionismo sobre a questão climática é muito ruim”, disse Alckmin ao comentar sobre o tema. “Está nítida a repercussão das mudanças climáticas na economia”, afirmou o vice-presidente, acrescentando que, na reunião da qual acabara de sair, houve um alerta sobre o impacto negativo da crise climática no Produto Interno Bruto (PIB) global.

Cadu Gomes/VPR



Alckmin, sobre Milei: O negacionismo sobre a questão climática é muito ruim

Apesar da posição do governo argentino, Alckmin afirmou que o episódio não altera as relações entre os dois países, que são importantes parceiros comerciais. Ele retornou ontem ao Brasil para participar da Cúpula de Chefes de Estado do G20 — grupo das 19 maiores

economias do planeta, mais União Europeia e União Africana — no Rio de Janeiro (**Leia mais na pag. 12**). A ministra do Meio Ambiente segue agora no comando da comitiva até o fim da conferência, no dia 22 de novembro. (**Com Agência Estado**)